

Debêntures são a aposta para ampliar os investimentos

Por Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília



Os secretários Diogo Piloni (Portos e Transportes Aquaviários) e Natália Marcassa (Fomento, Planejamento e Parcerias).

O plano de voo do novo governo na área de infraestrutura prevê estender as debêntures incentivadas para pessoas jurídicas como forma de aumentar o financiamento privado, assinar o contrato de renovação antecipada da Malha Paulista nos cem primeiros dias de mandato, iniciar estudos para a concessão de mais 5,6 mil quilômetros de rodovias e dar largada aos preparativos para a privatização gradual das Companhias Docas.

A Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que estava na corda bamba, será mantida e migra para o guarda-chuva do Ministério da Infraestrutura. Em entrevista conjunta ao Valor, os secretários Natália Marcassa (Fomento, Planejamento e Parcerias) e Diogo Piloni (Portos e Transportes

Aquaviários) falaram sobre seus planos de trabalho na pasta.

O desafio inicial são os leilões de 12 aeroportos, dez terminais portuários e da Ferrovia Norte-Sul entre os dias 15 de março e 5 de abril. Na Norte-Sul, projetada como espinha dorsal do sistema ferroviário, o governo tem confiança em atrair pelo menos dois concorrentes à disputa. Há uma expectativa de que a VLI Logística faça proposta. O outro competidor seria um eventual consórcio entre a russa RZD e a Rumo.

"O que a gente tem de players mais interessados são os russos, que se aproximaram um pouco da Rumo. Há conversas. Não sabemos como vem isso, mas existe um namoro aí. E tem a VLI", diz Natália.

A intenção do ministério é obter ainda, no decorrer do primeiro trimestre, aval do Tribunal de Contas da União (TCU) para renovar antecipadamente a concessão da Malha Paulista. Operada pela Rumo, a ferrovia poderá ter quase R\$ 7 bilhões em novos investimentos, como contrapartida à extensão do contrato por 30 anos. Vários trechos no interior de São Paulo serão duplicados. Após fazer eventuais ajustes determinados pelo TCU, a assinatura do aditivo contratual ocorreria dentro dos cem dias iniciais de governo Jair Bolsonaro.

Enquanto isso, a proposta final de prorrogação das concessões da Vale - a Estrada de Ferro Carajás e a Vitória-Minas - deve ser encaminhada ao tribunal de contas dentro de duas semanas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Em troca, a mineradora deverá construir um trecho de 383 quilômetros da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, entre Mato Grosso e Goiás.

A decisão de levar adiante as renovações antecipadas acaba com dúvidas do mercado sobre a disposição do novo governo de prosseguir com o planejamento iniciado na gestão do ex-presidente Michel Temer. Uma frente de oposição aos planos vinha dos governadores do Pará e do Espírito Santo. Ontem mesmo, porém, o ministro Tarcísio Freitas conversou com o capixaba Renato Casagrande (PSB) para distensionar as tratativas e garantir que o Estado será contemplado com novos investimentos no setor ferroviário.

Um dos temas que vão entrar em discussão é a ampliação das debêntures incentivadas de infraestrutura. "A ida para o mercado de capitais é um movimento que as concessionárias precisam fazer", diz a secretária. Hoje só debêntures compradas por pessoas físicas têm isenção de Imposto de Renda. O objetivo é estender esse benefício





para investidores pessoa jurídica e, assim, aliviar a demanda por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "A equipe econômica quer isso, e nós consideramos muito importante. Vamos olhar mais a fundo agora. Tendo planejamento, tendo credibilidade, organizando o setor, vamos conseguir mais opções de financiamento."

Na área de rodovias, segundo Natália, as atenções vão se concentrar na carteira de projetos já qualificados pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Após o bem-sucedido leilão da Rodovia de Integração do Sul, em novembro passado, ela acredita que o caminho está aberto para a aprovação de mais projetos pelo TCU. A ideia é obter aprovação do tribunal e publicar o edital da BR-364/365, entre Jataí (GO) e Uberlândia (MG), ainda no primeiro semestre. Na sequência, virá a BR-101 em Santa Catarina.

Pelo menos outras duas estradas têm boas possibilidades de avançar neste ano. Uma é a concessão da

BR-381 em Minas Gerais, conhecida como Rodovia da Morte pelo alto número de acidentes em um traçado sinuoso e de pista simples. Quem levar a concessão da rodovia, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, também ficaria responsável pelo trecho da BR-262 entre a capital mineira e as proximidades de Vitória (ES).

As promessas de duplicar a BR-381 vêm desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2013, pareciam finalmente perto de se concretizar. Parte das obras foi, de fato, iniciada com recursos públicos. No entanto, a empreiteira espanhola Isolux abandonou vários trechos para os quais havia sido contratada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Já a BR-262 foi o primeiro leilão feito pela ex-presidente Dilma Rousseff, dentro do finado Plano de Investimentos em Logística (PIL), mas não teve interessados na época. Havia forte discussão sobre as taxas de retorno.

Também estão praticamente prontos os estudos para a relicitação da BR-153, de Anápolis (GO) a Palmas (TO), privatizada por Dilma

e cuja duplicação nunca saiu do papel. A concessão foi cassada e agora será oferecida, provavelmente, junto com trechos da BR-080 e da BR-414 em Goiás.

Mais 5,6 mil quilômetros de rodovias federais serão estudados pelo BNDES e pela EPL, em conjunto, para ver o que seria passível de concessão no horizonte até 2022. Os trabalhos devem começar ainda em janeiro.

Com um orçamento inferior a R\$ 9 bilhões para este ano, quantia ínfima na comparação com os tempos de bonança fiscal, o ministério tem uma estratégia para reforçar a disponibilidade de caixa para obras públicas: uma peneira dos projetos que não têm travas ambientais nem no TCU e contam com maior possibilidade de conclusão. A ideia é municiar os parlamentares com informações para a alocação mais eficiente de emendas. "Em tempos escassos de OGU [Orçamento-Geral da União], queremos uma metodologia para definir onde vão os nossos recursos. É uma modelagem de priorização dos investimentos", afirma.

Grupos se articulam para leilão portuário

Por Fernanda Pires e Daniel Rittner | De São Paulo e de Brasília

Grupos nacionais e estrangeiros já se articulam para disputar os leilões de dez terminais portuários para combustíveis em Cabedelo (PB) e Vitória (ES), mercado para o dia 22 de março, e Belém e Vila do Conde (PA), em 5 de abril. As sessões serão na B3, em São Paulo.

Os terminais de Vila do Conde e de Vitória são ativos novos e atraem o interesse de Ultracargo, Raizen, Oiltanking, BR Distribuidora, uma empresa argentina e chinesas, apurou o Valor.

Os leilões dos demais (cinco terminais em Belém-Miramar e três em Cabedelo) devem contar ao menos com a presença dos atuais operadores - distribuidoras de combustíveis que dificilmente abririam mão do negócio.

A carteira de portos foi a que mais avançou no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em número de projetos. Considerando as licitações realizadas, os leilões dos dez terminais (se bem-sucedidos) e as renovações antecipadas, o governo terá concluído ainda no primeiro semestre 27 de um total de 38 projetos - o equivalente a 71% da carteira portuária e R\$ 2,97 bilhões em investimentos.

"Foi a custa de muito esforço construído com o ministério, a agência reguladora e a Empresa de Planejamento e Logística", diz Diogo Piloni, escolhido para comandar a Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura e responsável pela área portuária do PPI na gestão de Michel Temer.

O governo passado teve de atualizar os projetos dos leilões enviados ao TCU ainda na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff porque o órgão levou dois anos para analisá-los. Quando os liberou, em 2015, estavam desatualizados. Desde então, se estabeleceu uma relação direta com a área técnica do TCU e as discussões fluíram com mais facilidade. Isso permitiu aprovações pelo TCU sem recomendação ou ressalvas.

A prioridade nos leilões de terminais de combustíveis se deveu à necessidade de investimentos na logística de distribuição dessa carga. Como a Petrobras passou a centrar esforços em exploração e produção, distribuidoras e operadoras vislumbram oportunidades de investir nesse nicho.

O ministério também trabalha com ao menos duas prioridades para os portos em 2019. Deslançar outros dez projetos com estimativa de R\$ 2,8 bilhões em novos

investimentos e retomar os estudos para desestatizar as administrações portuárias, tema que sempre encontrou resistência política.

Os estudos serão feitos de forma gradual para Companhias Docas - estatais responsáveis pelos portos públicos - e para os portos delegados a Estados. "Como estruturar ou financiar é algo a construir. O princípio do modelo é que tenha atratividade mas resguarde questões típicas do porto público, como a garantia de atendimento a cadeias não tão competitivas", diz Piloni.

A probabilidade é grande de um primeiro piloto com a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que administra os portos de Vitória e da Barra do Riacho, e eventualmente mais alguma. Mas a modelagem, a cargo do BNDES, não deverá ser única, pois nem todas as administrações devem ser concedidas de "porteira fechada". É possível que em alguns casos se chegue à conclusão de que apenas serviços essenciais saiam das mãos do governo, como a dragagem.

Em relação aos projetos que somam R\$ 2,8 bilhões, oito serão leilões para arrendamento de terminais, e dois, autorizações de investimentos em instalações já concedidas. O maior negócio é a licitação do novo terminal para





contêineres no porto de Suape (PE), que demandará R\$ 1,2 bilhão. Será um empreendimento grande para o padrão dos terminais de contêineres do Nordeste e erguido do zero.

Ainda em Suape será licitada uma instalação para veículos e autorizados investimentos no Decal (combustíveis) e na Agrovia do Nordeste (granéis sólidos). Em Paranaguá (PR) serão leiloados três terminais para granéis sólidos, celulose e veículos. Os dois últimos são relicitações após ajustes nos estudos, pois a licitação, feita em julho, não teve proposta. O décimo projeto é a licitação de um terminal para combustíveis em Santos (SP) já existente, mas inoperante.

Volume no ano passado foi o menor desde 2000, aponta estudo

Por Arícia Martins | De São Paulo

O investimento brasileiro em infraestrutura deve ter sido o mais baixo da história recente em 2018, mesmo com alguma reação no fim do ano que aponta cenário melhor neste ano. Segundo estudo da Pezco, os aportes para projetos na área ficaram praticamente estáveis ante 2017 como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), ao passarem de 1,77% para 1,76% do PIB. Este é o menor nível da série da consultoria, que teve início em 2000.

Em termos absolutos, houve ligeiro aumento do indicador no ano passado em relação ao anterior, de R\$ 2,9 bilhões, já descontando a inflação. Como o PIB deve ter crescido mais em 2018 do que em 2017, porém, a parcela dos investimentos em relação ao tamanho do produto ficou um pouco menor. "O ano terminou bem, mas o resultado acumulado é muito ruim, provavelmente um dos mais baixos da história", diz Frederico Turolla, sócio da Pezco.

De autoria de Turolla e Helcio Takeda, economista e também sócio da consultoria, o levantamento exclui operações do setor de óleo e gás e tem base num conjunto de indicadores, de agências reguladoras a associações setoriais e balanços de empresas do ramo. Mesmo com ativos relativamente baratos, as

incertezas eleitorais e a consequente volatilidade maior no mercado levaram ao adiamento dos projetos em 2018, avaliam os autores.

Na infraestrutura, os investimentos reagem com defasagem às mudanças da conjuntura econômica, diz Turolla, o que explica o "vale" ocorrido em 2018. "É o setor mais sensível à piora do ambiente macro. A nova matriz econômica foi mortal. Hoje, mesmo com a crise, poderíamos ter o investimento em patamar superior se a nova matriz não tivesse ocorrido."

Dos R\$ 122,3 bilhões investidos na área em 2018, a maior parte, 36,5%, foi destinada ao setor elétrico. Mesmo assim, o segmento reduziu sua participação no montante total de recursos em relação a 2017, quando havia ficado com 37,4%. Em proporção do PIB, também houve recuo dos investimentos em energia elétrica na passagem anual, de 0,66% para 0,64%. Em 2000, pico da série do estudo, esse percentual foi de 1,25%.

Para a consultoria, a tendência de baixa deve continuar, depois da conclusão dos maiores projetos estruturais da área e avanços na microgeração distribuída. Mesmo assim, os investimentos em energia elétrica tendem a oscilar menos daqui em diante, ponderam Turolla e Takeda. A percepção é de que haverá melhoras institucionais no

setor, que está em recuperação após o "desastre" ocorrido durante o governo Dilma Rousseff, quando houve interferência do Estado.

Entre as quatro principais atividades de infraestrutura (transportes, setor elétrico, telecomunicações e saneamento básico), apenas a de transportes elevou sua participação entre 2017 e 2018, em um ponto percentual, para 27%. Como proporção do PIB, também houve ligeira melhora no período, de 0,46% para 0,48%. Nesta parte, os destaques foram as rodovias, que receberam aportes de R\$ 13,8 bilhões, ou 40,5% do total investido em transportes.

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) é importante, mas apenas uma concessão ao setor privado foi feita durante o governo do presidente Michel Temer, observa Turolla: a Rodovia de Integração do Sul (RIS), cujo leilão, realizado em novembro passado, foi vencido pelo Grupo CCR. No segmento de rodovias, os Estados já representam mais da metade do investimento em concessões, disse. Para a Pezco, os transportes devem continuar a liderar os projetos nos próximos anos.

A expectativa é que os investimentos em transportes aumentem para 0,49% do PIB no ano que vem. No total, os aportes nas quatro grandes áreas de infraestrutura devem subir para





1,88% do produto em 2019.

De acordo com os sócios da consultoria, a projeção é otimista em relação ao momento atual, mas não em comparação ao objetivo da equipe do presidente Jair Bolsonaro, de elevar esse percentual a 2,3% do PIB já neste ano, em termos reais. O cálculo foi feito pela Pezco, com base nas promessas feitas pela nova equipe econômica.

Para a consultoria, além do PPI, os outros motores dos aportes em infraestrutura na gestão de Bolsonaro serão os ativos a serem privatizados e também os investimentos dos entes federados, principalmente em rodovias. "A agenda liberal deve prevalecer, com abertura comercial e desburocratização, o que terá efeito positivo sobre a economia e os investimentos em infraestrutura", avalia Takeda.

Os consultores também apontam como positiva a criação do Ministério da Infraestrutura, comandado pelo engenheiro Tarcísio Gomes de Freitas. De acordo com eles, no entanto, o nível ideal de investimentos em infraestrutura para preencher o gargalo existente no país e elevar a produtividade estaria entre 3% e 4% do PIB, patamar que não deve ser atingido tão cedo. No cenário de longo prazo da consultoria, os aportes no setor vão alcançar 2,2% do produto em 2030.

Novo secretário diz que objetivo no governo será privatizar 'tudo'

Por Fábio Pupo | De Brasília

O secretário-geral de Desestatização e Desmobilização do Ministério da Economia, Salim Mattar, afirmou que está desenvolvendo um programa com o objetivo de privatizar "tudo". Para ele, até mesmo as empresas que geram lucro poderiam ser mais eficientes.

"A minha secretaria é muito grande, estamos apenas no pré-projeto de um programa. Um programa para desestatizar tudo. O Estado não deve competir com a iniciativa privada. Não tem que ter corretora, seguradora", disse.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já anunciou que pretende levar adiante um programa de privatizações e usar os recursos para reduzir o endividamento público. Para Mattar, a política fará sentido à população se ela for convencida sobre o atual grau de eficiência das empresas. "Temos que mostrar ao

pagador de impostos que essas estatais são ineficientes. Algumas podem até dar lucro, mas não são tão eficientes", afirmou.

A tarefa pode ter obstáculos. Hoje, uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) determina que a venda do controle de estatais demanda aval do Legislativo. A venda da Eletrobras, por exemplo, terminou o ano sem aprovação do Congresso mesmo sendo considerada prioritária pela antiga equipe econômica - que também era pró-privatizações, mas com a ponderação de que seria necessário considerar outras formas de geração de valor além do resultado líquido para decisões sobre vendas.

Existem hoje 138 estatais federais, sendo 47 de controle direto da União (dessas, 18 são dependentes do contribuinte). As 91 restantes são de controle indireto, sendo holdings ou subsidiárias de Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, BNDES, Caixa e Correios.

'Superministro' concentra poder em novo CMN

Por Fabio Graner e Alex Ribeiro
| De Brasília

Duas decisões publicadas na Medida Provisória da reforma administrativa liderada pelo novo presidente, Jair Bolsonaro, evidenciam a forte concentração de poder nas mãos do ministro da Economia, Paulo Guedes: a nova composição do Conselho Monetário Nacional (CMN), que na prática conferiu dois dos três votos ao "superministro", e a definição de que a nova pasta terá um representante em todos os conselhos de administração das empresas estatais.

Na edição especial do Diário Oficial publicada na terça-feira ficou definido que o CMN será composto pelo ministro da Economia, pelo presidente do Banco Central e pelo secretário especial de Fazenda. A questão é que este último é subordinado ao ministro da Economia, ou seja, na prática não há igualdade entre os votantes.

Antes, o colegiado era composto pelos ministros da Fazenda e Planejamento e pelo presidente do Banco Central, o que de certa forma gerava uma contenção no poder do comandante da economia, em geral o ministro da Fazenda. Esse modelo foi adotado no Plano Real, quando deixaram de fazer parte do colegiado os representantes de outros ministérios, como Agricultura e

Indústria e Comércio, e até representantes do setor privado.

A nova composição do Conselho é uma consequência direta da fusão das pastas que geraram o ministério da Economia (Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio). Na prática, isso significa dizer que a meta de inflação, que ocorre sempre no meio do ano, será uma decisão quase autônoma de Paulo Guedes e o Banco Central não terá muito mais do que o direito de opinar e dar seu voto, mas sem condições de influenciar o terceiro voto.

Nesse caso, a clara preponderância do Ministério da Economia no colegiado não é, necessariamente, um problema. O sistema brasileiro sempre foi questionado pelo fato de o BC ter voto no conselho que define a meta que ele mesmo vai perseguir. Nas demais funções do CMN, porém, o desequilíbrio de forças pode ser relevante, mas dependerá da prática e do estilo a ser adotado por Guedes. O conselho foi concebido no governo Castello Branco, pelo então ministro da Fazenda, Otavio Gouveia de Bulhões, como uma forma de coordenar a política fiscal com as políticas monetária e cambial.

Essa coordenação era essencial num período em que o Banco Central ainda tinha funções de fomento, como no caso da agricultura, e uma

parte relevante das despesas fiscais ocorria por meio do orçamento monetário. De lá para cá, criou-se uma separação maior entre essas duas funções.

Ainda assim, o CMN garante influência incomum de um ministério da área econômica nas atividades monetárias, sobretudo no crédito. Nos governos Lula e Dilma, o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, teve um papel relevante na expansão de crédito com medidas como a redução de requerimentos de capital para setores eleitos, como motocicletas e construção civil. Alguns economistas defendem o fim do CMN.

Historicamente, a gestão da economia no Brasil teve um comando parcialmente dividido. Ainda que em geral a proeminência tenha sido da Fazenda, o Ministério do Planejamento funcionava como um contrapeso, que acabava moderando algumas posições e eventualmente até barrando algumas iniciativas a partir de pressões junto ao presidente da República.

Houve períodos em que ministros do Planejamento fortes reduziram o poder da Fazenda. Foi o caso, por exemplo, do João Paulo dos Reis Velloso, que em muitos momentos do governo Geisel teve papel mais forte do que o então ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen.





No governo Fernando Henrique, houve certo antagonismo entre os ministros Pedro Malan (Fazenda) e José Serra (Planejamento) e, no governo Dilma, entre os ministros Nelson Barbosa (Planejamento) e Joaquim Levy (Fazenda).

O ministro Paulo Guedes não esconde que um de seus objetivos ao fundir as pastas da área econômica era exatamente acabar com essa dicotomia, que, na visão dele, pouco ajudava na eficiência das decisões e andamento da máquina pública. A percepção é que esse novo formato sinaliza melhor para os agentes econômicos o rumo da política.

Uma fonte da área econômica reforça a ideia, destacando que o país na verdade tem sido exceção com o modelo de duplo comando e que isso seria ruim para o país.

Além do CMN, a MP publicada no primeiro dia do governo Bolsonaro também deu a Guedes a prerrogativa de colocar um representante do Ministério da

Economia no Conselho de Administração (CA) de todas as empresas estatais em que a União é sócia majoritária, incluindo as subsidiárias dessas companhias.

Antes, o Ministério do Planejamento, que tinha a secretaria de Estatais, sempre tinha um assento nos conselhos das empresas públicas, enquanto a Fazenda participava dessa instância apenas em algumas companhias importantes, como Banco do Brasil, Caixa e Petrobras e, por meio do Tesouro Nacional, tinha presença em todos os conselhos fiscais das companhias.

Agora, o novo ministério terá ainda mais força para controlar o funcionamento das empresas públicas, mesmo aquelas que não são diretamente relacionadas aos temas da pasta. Vale lembrar que o grande objetivo de Guedes é promover um amplo programa de privatizações de companhias públicas, ainda que os técnicos imaginem que apenas um terço delas serão efetivamente vendidas.

Partidos criticam Guedes e dizem não ver plano B

Ranier Bragon
BRASÍLIA

Um dia depois da estreia do novo ministro da Economia no posto, líderes dos principais partidos políticos na Câmara dos Deputados criticaram Paulo Guedes nesta quinta-feira (3).

Eles afirmam serem mínimas as chances de aprovação de uma emenda à Constituição para "desindexar, desvincular e desobrigar" todo o Orçamento federal caso a reforma da Previdência não seja aprovada pelo Congresso.

A Folha ouviu líderes de nove das dez maiores bancadas de deputados que tomarão posse em 1º de fevereiro —sete siglas ou governistas ou simpáticas à administração de Jair Bolsonaro.

Alguns disseram, até mesmo, ver uma nova ameaça ao Congresso no primeiro discurso do ministro, que

em novembro defendeu uma prensa em deputados e senadores para que eles aprovassem ainda no fim de 2018 a reforma apresentada por Michel Temer.

Nada sobre mudanças nas regras de aposentadoria andou no ano passado, porém.

Ao assumir o cargo na quarta-feira (2), Guedes afirmou que a população deu um claro recado à classe política, o de que ela tem "muitos privilégios e poucas atribuições".

Ele voltou a defender a aprovação da reforma da Previdência como essencial para a sustentabilidade das contas públicas do país.

Caso isso não ocorra, prosseguiu, o governo Bolsonaro dará um passo mais profundo: "Você tem de lançar uma PEC [proposta de emenda à Constituição] dizendo o seguinte: vamos desobrigar, desvincular e desindexar todas as receitas e todas

as despesa das União".

Hoje, 92% dos gastos federais estão comprometidos com despesas obrigatórias, como Previdência e pessoal, e vinculadas, como o repasse de receitas para saúde e educação.

Tradicionalmente, porém, o Congresso age sempre para elevar esses valores, não o contrário.

"Eu acho que ele foi mal naquela colocação dele. Nesse negócio o cara não pode estar com uma estratégia pensando em outra. Ele tem de esgotar todos os meios para tentar a primeira [a reforma da Previdência]", diz o líder do PR, José Rocha (BA). O partido tem a sexta maior bancada.

O PR foi um dos primeiros partidos a anunciar apoio a Bolsonaro após as eleições.

O líder do PRB —oitava maior bancada—, Celso Russomanno





(SP), reforça a crítica.

"Isso seria uma guerra, uma bagunça, a resistência seria muito maior", afirma, acrescentando que não significa nenhum "bicho de sete cabeças" aprovar a reforma da Previdência.

Para ele, o governo deve focar o estabelecimento da idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e de 60 anos para mulheres, separando ainda o que é gasto previdenciário do gasto social, como forma de dimensionar melhor o rombo.

"Não tem plano B, o plano é um só: aprovar a Previdência. Se não aprovar a Previdência, todo o mundo já sabe disso, não resolverá o problema do Brasil. O restante é paliativo", diz o líder do PSDB, Nilson Leitão (MT). O partido forma a nona maior bancada.

Tanto a reforma da Previdência quanto a eventual retirada do engessamento orçamentário necessitam de alteração na Constituição.

Nesse caso, o apoio parlamentar tem de ser de pelo menos 60% dos deputados (308 de 513) e também de senadores (49 de 81), em dois turnos de votação em cada Casa.

"Eu acho que ele [Guedes] tem

de ter prudência. Todo o mundo sabe da importância da reforma da Previdência, e ele terá o nosso apoio. Mas não pode sair por aí falando que, se não faz isso, vai fazer aquilo", diz Arthur Lira (AL), líder do PP, a terceira maior bancada a partir de fevereiro.

"Tentar fazer desvinculação é temerário. Tem de ser mais comedido na fala", afirma Lira.

Questionado se acha viável o governo aprovar a retirada do engessamento orçamentário caso fracasse na Previdência, deu risada: "O que você acha?".

Outros deputados também dizem ter enxergado ameaça na fala de Guedes.

"Dizer na largada que, se não aprovar a reforma, aí virá uma coisa mais grave, soa como ameaça. 'Ou me dão isso ou vou fazer aquilo'. Peca pela improvisação, ninguém se impressiona com essa batida de pé", afirma o líder do oposicionista PSB, Tadeu Alencar (PSB). O partido detém a sétima maior bancada.

O líder do também oposicionista PT (maior bancada), Paulo Pimenta (RS), diz ver, além de uma ameaça, a tentativa de rompimento, no caso da vinculação constitucional de recursos, de um pacto feito na redemocratização do país.

Líder do partido de Bolsonaro (PSL, segunda maior bancada), o deputado Delegado Waldir (GO) defendeu o ministro afirmando que o que ele quis dizer é que eventual fracasso na Previdência não representará uma "derrota final", que há "carta na manga".

Mas também disse avaliar ser mais difícil eventual tentativa de tirar as amarras do Orçamento.

"Hoje a reforma da Previdência é uma exigência do país, dos governadores, dos prefeitos, eu penso que a reforma é mais fácil de ser aprovada, de haver convencimento."

Outra ponderação feita pela maioria dos líderes partidários é que até agora o governo Bolsonaro não anunciou qual será sua proposta.

O líder da bancada do DEM (décima maior bancada), Elmar Nascimento (BA), diz que Bolsonaro deve usar como base a proposta de Temer, que já tem uma tramitação adiantada na Câmara.

A liderança do MDB, quarta maior bancada, não respondeu.

Já houve aprovação desse texto na Comissão de Constituição e Justiça e na comissão especial, etapa antes da votação em plenário.





Maioria do Orçamento é engessada

Despesas da União



92,2%
é o percentual gasto
com despesas obrigatórias

Fontes: Banco Central, Tesouro Nacional,
Bradesco

Fusão que cria pasta da Economia altera pouco número de secretarias

Corte de funções comissionadas e gratificações, no entanto, deve gerar ganho de R\$ 30 mi ao ano

Bernardo Caram e Mariana Carneiro

Brasília- Embora o Ministério da Economia já tenha sido criado e Paulo Guedes já tenha sido empossado, a estrutura do superministério só existirá, na prática, a partir do fim deste mês.

Decreto do presidente Jair Bolsonaro publicado na noite de quarta-feira (2) prevê que a nova formação interna da pasta passará a vigorar no dia 30 deste mês.

O prazo vai funcionar como uma fase de transição para que os trabalhos não sejam interrompidos. Nesse período, os responsáveis pela nova estrutura vão trabalhar para absorver e reenquadrar a equipe que atuava na formatação anterior.

O novo ministério, criado por

meio de medida provisória, que tem vigor imediato, reúne as antigas pastas da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio Exterior (Mdic), além de partes do Ministério do Trabalho.

A mudança de estrutura não significa que um grande enxugamento vá ser observado. Isso porque muitas das antigas secretarias continuarão funcionando em outros formatos — fundidas a outros órgãos, com atribuição adaptada ou rebaixadas a subsecretarias.

No encerramento do governo de Michel Temer, o Ministério da Fazenda contava com oito secretarias. O Planejamento tinha dez. O Ministério da Indústria, oito. Outras duas secretarias do Ministério do Trabalho serão incorporadas à nova pasta.

Agora, o ministério de Guedes contará com sete secretarias especiais e, sob o guarda-chuva delas, outras 17 secretarias, além da secretaria-executiva, que auxilia o

ministro e ainda abriga a secretaria de Gestão Corporativa.

Na prática, se for considerada a soma de secretarias especiais e ordinárias, não há mudança numérica significativa desses órgãos com a alteração de estrutura. Serão 26 na nova pasta, ante 28 na estrutura antiga.

Apesar disso, a fusão das pastas resultou na extinção de mais de 3.000 funções comissionadas e gratificações, cerca de 30% do total existente atualmente. O novo governo estima que os cortes vão gerar uma economia anual de R\$30 milhões.

O grande porte do ministério também não vai permitir uma redução de sua estrutura física. Edifícios que abrigavam os ministérios extintos agora servirão de abrigo para as novas secretarias.

Os dois secretários especiais que responderão por atribuições do antigo Mdic, por exemplo, serão alocados no mesmo edifício da pasta





que foi extinta.

Parte das atribuições passa à esfera da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, que será comandada por Carlos da Costa. Ele ficará alojado no sexto andar, no gabinete do antigo ministro.

Já Marcos Troyjo, da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, ficará em gabinete no oitavo andar.

Os secretários especiais com atribuições do antigo Ministério do Planejamento serão alocados no atual edifício da pasta, no bloco I da Esplanada dos Ministérios.

São eles Paulo Uebel (Desburocratização, Gestão e Governo Digital) e Salim Mattar (Desestatização e Desinvestimento). Uebel será alocado no sexto andar, na sala do atual secretário-executivo da pasta. Já Mattar ainda não foi ao futuro endereço para escolher seu gabinete.

Paulo Guedes ficará no Ministério da Fazenda, no gabinete que era do ministro Eduardo Guardia.

Também ficarão no edifício os secretários especiais da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, e da Receita Federal, Marcos Cintra.

Já o secretário especial da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, será abrigado no prédio do Ministério do Trabalho.

Até o dia 3, apenas Guedes, Cintra e Marcelo Guaranys (secretário-executivo) tinham suas nomeações oficializadas em Diário Oficial. Os demais estão com os nomes na Casa Civil. Nesse estágio, o governo faz a análise de antecedentes dos que chegam ao setor público.

Quem é administrador de uma empresa, por exemplo, não pode assumir cargo público, segundo a legislação.

A perigosa ilusão do Plano B

O Brasil poderá crescer por dez anos se for logo aprovada a reforma da Previdência, primeiro pilar da nova política econômica, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, em seu discurso de posse. Os outros pilares devem ser as privatizações, a simplificação tributária, a descentralização de recursos e a abertura ao comércio internacional. Foi um pronunciamento bem recebido no mercado financeiro e nos meios empresariais, mas com alguns pontos obscuros e até preocupantes. Se falhar a reforma da Previdência, adiantou o ministro, ele proporá desvinculação e desindexação de gastos por meio de emenda à Constituição. Será um Plano B, rótulo criado por analistas. Se essa, no entanto, for a ideia, será um duplo equívoco. Em primeiro lugar, nenhum Plano B poderá substituir a mudança do sistema de aposentadorias. Em segundo, é preciso, com ou sem qualquer outra reforma, desengessar o Orçamento, eliminando vinculações e reduzindo a indexação de despesas. O assunto está em pauta há mais de 20 anos.

Além de ser o maior componente da despesa primária (isto é, sem juros), o gasto previdenciário aumenta seguidamente e destrói qualquer superávit obtido em outra área pelo Tesouro Nacional. Sem eliminar ou atenuar sensivelmente esse problema o governo será incapaz de avançar com segurança em qualquer outra agenda. O ministro conhece os fatos. Não pode, portanto, iludir-se com qualquer solução alternativa. Além disso, eliminar as vinculações de verbas para educação e saúde será sempre mais complicado, politicamente, que modernizar o sistema previdenciário.

A simplificação tributária é outro tema perigosamente obscuro. Impostos, contribuições e taxas são de fato muito complicados e esse é um grande problema para todos os contribuintes, especialmente para as empresas. O ministro absteve-se de indicar como será simplificado o sistema. Se for pela criação de um imposto sobre movimentação financeira, semelhante à CPMF, solução muito ruim, os brasileiros terão de enfrentar mais uma vez uma aberração tributária, tratada como espantosa por especialistas estrangeiros.

Faz sentido pagar impostos sobre ações e condições econômicas bem caracterizadas, como produção, circulação de bens e serviços, operações financeiras, propriedade e rendimento. Não tem sentido, economicamente, pagar pela mera transferência de dinheiro. Além disso, um tributo desse tipo tende a incidir em cascata e a gerar custos cumulativos.

Mas os tributos brasileiros, além de complicados, são incompatíveis com uma economia forçada à competição. As maiores disfunções são as do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos Estados. Esse imposto encarece o investimento produtivo, além de incidir na exportação de produtos primários e semiprocessados. Aprovada como correção temporária dessa distorção, a Lei Kandir continua em vigor há mais de 20 anos.

O ministro passou longe de problemas desse tipo. Não haverá uma efetiva reforma tributária sem mudança do ICMS, mas isso envolverá uma complicada negociação com os governos estaduais. Outros ministros desistiram da tarefa.

Excluídos esses pontos, todos muito importantes, o discurso anuncia, de modo geral, uma política saudável, indispensável à continuidade da inflação moderada, dos juros baixos e da aceleração do crescimento. Privatizações, apontadas como um dos pilares da nova política, poderão ser muito importantes, se favorecerem ganhos de produtividade e novos investimentos. Qualquer outra consequência dessas operações, como o ingresso de dinheiro no Tesouro, será complementar, mesmo quando muito bem-vinda.

Boa parte do trabalho do novo ministro será mera continuação de mudanças iniciadas na gestão do presidente Michel Temer. Mas o ministro pareceu ignorar – entre vários pontos – a alteração de rumo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Discursos do tipo "nunca antes na história deste país" foram típicos da retórica petista. O ministro Paulo Guedes é certamente capaz de algo melhor.

Centenas de cortes, e contando...



O Diário Oficial da União de ontem veio bem mais alentado do que o normal. Incluindo as edições extras, foram 430 páginas. É o registro de uma das maiores dispensas coletivas vistas na administração pública federal. Possivelmente, a maior da história, já que jamais o governo foi tão grande, e nunca chegou alguém à Presidência com tão forte ímpeto de passar a régua em tudo que se fez até agora.

Foram demitidos de cargos de confiança 300 servidores da Casa Civil e 199 de outros ministérios. No total, portanto, 499 pessoas perderam seus cargos em apenas um dia. Há também os que decidiram ir para casa, por diversas razões. Na edição de ontem do DOU também foram lavradas 371 aposentadorias, um número igualmente excepcional. Na soma geral, 245 servidores civis e 126 militares passaram à reserva.

Isso é só o começo. O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, avisou que vêm mais cortes, a exemplo da demissão em massa feita na pasta dele. “Sobre o episódio da exoneração, a gente brincou em ‘despetização’, o presidente gostou do exemplo, e todos os ministros estão autorizados a, dentro das suas pastas, proceder de maneira semelhante e ajustada a cada uma das pastas”, afirmou. “Esse conceito que temos de rever está perpassando todo o governo, até para desaparelar e permitir que o governo possa executar suas políticas”, emendou ele, em entrevista coletiva a jornalistas em seguida à primeira reunião ministerial, no Palácio do Planalto, que durou quase quatro horas.

O que o ministro chama de “despetização” é, na verdade, o afastamento de funcionários de carreira que não são vinculados ao

PT e tiveram cargos de destaque também em governos anteriores ao de Luiz Inácio Lula da Silva (leia na página 3).

De acordo com dados do Ministério do Planejamento (agora extinto), de novembro de 2018, existiam 122.093 cargos e funções comissionadas, distribuídos entre 632.057 servidores ativos e pessoas de fora, com remuneração entre R\$ 1.467 e R\$ 29.604. A despesa com pessoal, no mês, foi de R\$ 12,994 bilhões.

“É normal que quem chegue empregue seu pessoal, mas a intenção do governo de investigar cada um para saber a ideologia causou estranheza. Quando o servidor faz concurso, não tem de declarar cor, sexo, religião ou opção, seja ela qual for. É uma determinação da Lei 8.112/1990 (Estatuto do Servidor)”, destacou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Federal (Condsef), que representa 80% do funcionalismo.

O economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, lembrou que é praxe, a cada início de governo, que todos os funcionários de confiança coloquem o cargo à disposição. “É uma questão de ética. Neste momento, quando se constata uma ruptura com





o que aconteceu de 2003 a 2016 e o predomínio do pensamento liberal, é natural que o presidente Jair Bolsonaro tenha a intenção de escolher aqueles com quem ele tem maior afinidade”, assinalou. Com a redução de 29 para 22 ministérios, Castello Branco acredita que a economia de recursos públicos será grande. “Nos Ministérios da Economia e da Justiça e Segurança, por exemplo, muitos não serão reconduzidos, por causa do enxugamento da estrutura. A redução dos custos pode ser considerável”, frisou.

Segundo o economista, o serviço público brasileiro é “paquidêmico, corporativo, ineficiente e caro”, o que impede o investimento em áreas prioritárias, como educação, saúde e segurança. “Temos de tomar uma providência: 93% das despesas primárias (sem as despesas financeiras) são obrigatórias. Em 2021, o percentual pode chegar a 98%. Restarão apenas 2% para o governo servir à sociedade”, argumentou. Ele citou estudos do Banco Mundial, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e até dados do governo de transição para apontar que a qualidade do serviço é ruim, não por falta de funcionários, mas por falta de produtividade. “Os servidores têm salários muito acima dos da iniciativa privada. Têm poder de pressão, e governos anteriores cederam por razões políticas, sem observar as questões fiscais”, afirmou.

Impacto

Servidores temem uma descontinuidade de projetos e programas e uma paralisação na

prestação de serviço à população, apontou Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate). “Há um pessoal com trabalho de excelência, com memória das ações do Estado, que nunca serviu a partidos. É paranoico dispensar sem critérios”, disse. “E se não há critérios, nos preocupa o que virá daqui para a frente. Parece-me uma medida desesperada de quem não conhece a complexidade do Estado. A sociedade vai sofrer com isso.”

De acordo com a assessoria de imprensa da Casa Civil, efetivamente, é possível que todos fiquem afastados, pelo menos, por sete dias. “Após a dispensa tácita, o servidor volta ao órgão de origem e poderá acertar o retorno com a chefia. Somente após o dia 10 teremos o volume novo de pessoal”, informou. Não se sabe ainda o impacto financeiro das exonerações na Casa Civil, mas, segundo a assessoria, o número de Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE, apenas para servidores) e cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) caiu, desde ontem, de 603 para 382.

Nomeações

Nem só de exonerações foi recheado o DOU. Alguns ministérios tiveram aumento de pessoal, num total de 453. Apenas no da Educação, 259 novos diversos servidores foram efetivados em cargos. Muitos desses são professores que estavam à espera de serem convocados, após terem feitos concursos públicos. Só na Universidade Federal de Ouro Preto (MG) houve convocação de 54.

Ao longo do dia de ontem, o DOU chegou a modificar, em duas edições extras, o quadro de pessoal de algumas outras pastas. A Controladoria-geral da União (CGU), que passou por uma reestruturação das funções, aumentou de 451 para 482 o número de cargos de funções comissionadas e de DAS, embora ainda não tenha feito nomeações.

Ação no STF

A Federação Nacional dos Advogados ingressou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), no Supremo Tribunal Federal (STF), para questionar a exclusão do Ministério do Trabalho. Os autores afirmam que existe uma relação conflituosa entre as funções desempenhadas pela pasta excluída com os setores em que essas atividades foram incluídas. As atribuições que pertenciam ao ministério foram distribuídas entre as pastas da Economia, da Cidadania e da Justiça. Na ação, a federação afirma que a exclusão do órgão viola direitos sociais do trabalho e a dignidade da pessoa humana, contrariando a Constituição.

“Sobre o episódio da exoneração, a gente brincou em ‘despetização’, o presidente gostou do exemplo, e todos os ministros estão autorizados a, dentro das suas pastas, proceder de maneira semelhante e ajustada a cada uma das pastas”

Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil





Nova configuração

Confira o que muda em cada ministério
(Número de funcionários)



632.057
NÚMERO TOTAL DE
SERVIDORES ATIVOS

EXONERAÇÕES PARCIAIS NOS MINISTÉRIOS OU ÓRGÃOS COM STATUS DE MINISTÉRIO

Total	499
Casa Civil	300
Presidência da República	1
Ministério da Educação	37
Secretaria de Governo	2
Advogacia-geral da União	3
Ministério da Agricultura	4
Ministério da Cidadania	22
Ministério da Economia	79
Ministério da Saúde	12
Ministério das Relações Exteriores	7
Ministério do Desenvolvimento Regional	3
Ministério do Turismo	1
Ministério do Meio Ambiente	2
Gabinete de Segurança Institucional	3
Ministério da Justiça e Segurança Pública	9
Controladoria-geral da União	1
Ministério da Infraestrutura	1
Ministério da Defesa	10
Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicação	1
*Intervenção federal do Rio de Janeiro	1
*Não é ministério	



**NÚMERO DE NOMEAÇÕES**

Total	453
Casa Civil	8
Presidência da República	1
Ministério da Educação	279
Ministério da Cidadania	14
Ministério da Economia	47
Ministério da Saúde	31
Ministério das Relações Exteriores	6
Ministério da Justiça e Segurança Pública	26
Controladoria-Geral da União	31
Ministério da Infraestrutura	2
Ministério da Defesa	7
Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicação	1

NÚMERO DE APOSENTADOS

Total	371
Ministério da Educação	4
Ministério da Agricultura	1
Ministério da Cidadania	223
Ministério da Economia	5
Ministério da Saúde	3
Ministério das Relações Exteriores	2
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3
Controladoria-Geral da União	2
Ministério da Infraestrutura	2
Ministério da Defesa	126 (reserva)